BANCO WESTERN UNION DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 13.720.915/0001-13

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas a 31/12/2023, bem como as respectivas notas explicativas e o relatório dos auditores independentes. O Banco Western Union do Brasil S.A. ("Banco") é uma empresa de capital fechado, controlada em 100% pela Western Union do Brasil Participações Ltda. Em conjunto com a Western Union Corretora de Câmbio S.A., disponibiliza no Brasil serviços de transferências de dinheiro e importação de moedas. No exercício de 2023, o Banco manteve o sucesso em sua estratégia de recuperação e apurou lucro líquido positivo, muito em linha com o período anterior. A retomada do serviço de importação de moeda, melhores investimentos do capital, início de operações do PIX e a contínua busca por eficiências de custo foram fundamentais para que os resultados continuassem mostrando rentabilidade positiva neste exercício. As informações destas demonstrações financeiras também estão disponíveis no site https://www.bancowesternunion.com.br/institucional/relatorios. Permanecemos à disposição para quaisquer informações e esclarecimentos eventualmente necessários. São Paulo, 23 de fevereiro de 2024. **A Administração.**

Balanço Patrimonial

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Disponibilidades	4	**21.133**	**332**
Instrumentos financeiros		**39.215**	**34.832**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	39.100	34.800
Relações interfinanceiras		115	32
Ativos ficais correntes		**777**	**607**
Outros ativos		**159**	**139**
Total do ativo		**61.285**	**35.910**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		**20.818**	**131**
Depósitos	14	20.717	80
Outros passivos financeiros		101	51
Passivos fiscais correntes	15a	**2.167**	**1.774**
Provisões	16b	**699**	**66**
Outros passivos	7	**506**	**155**
Patrimônio líquido		**37.094**	**33.783**
Capital social		51.402	51.402
Reserva de Lucros	8a	338	176
De Ligadas - Pagamento baseado em Ações		62	–
Lucros/Prejuízos acumulados	8d	(14.708)	(17.795)
Total do passivo e do patrimônio líquido		**61.285**	**35.910**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**51.402**	–	–	**(21.129)**	**30.273**
Lucro/Prejuízo do exercício		–	–	–	1.053	1.053
Saldos em 30 de junho de 2022		**51.402**	–	–	**(20.076)**	**31.326**
Lucro/Prejuízo do exercício		–	–	–	2.457	2.457
Reserva legal		–	–	176	(176)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**51.402**	–	176	**(17.795)**	**33.783**
Lucro/Prejuízo do exercício		–	–	–	1.480	1.480
Saldos em 30 de junho de 2023		**51.402**	–	**176**	**(16.314)**	35.263
Lucro/Prejuízo do semestre		**–**	–	–	1.769	1.769
Reserva legal		**–**	–	162	(162)	**–**
Pagamento baseado em ações		–	62	–	–	62
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**51.402**	**62**	**338**	**14.707**	**37.094**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Banco Western Union do Brasil S.A. ("Banco"), controlado pela Western Union do Brasil Participações Ltda. (100%), constituído em 17/12/2010 na forma de sociedade anônima de capital fechado e organizado sob a forma de banco comercial, foi autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") a partir 5/05/ 2011, iniciando suas atividades operacionais em 10/10/2011 e sua matriz está localizada na rua Iguatemi, nº 151, na cidade de São Paulo - SP, Brasil. O objetivo pretendido em suas atividades é a prática de operações ativas e passivas inerentes aos bancos comerciais, entre as quais a transferência de recursos domésticos, de acordo com os regulamentos do BACEN a ela aplicáveis e com as disposições legais e regulamentos em vigor. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Conglomerado Western Union. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 23/02/2024.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações Financeiras. As alterações advindas da Resolução foram incluídas nas demonstrações. As principais alterações implementadas foram: as contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; a abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas; adoção de nova nomenclatura e grupamento de itens patrimoniais tais como: Instrumentos financeiros, passivos financeiros e ativos e passivos fiscais. Os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da demonstração do resultado abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o lucro ou prejuízo líquido ou o patrimônio líquido. A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do Banco use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, à marcação a mercado de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN e aplicáveis a estas Demonstrações Financeiras são: • Resolução nº 3.566/2008 - Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01 (R1). • Resolução nº 3.823/2009 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CPC 25. • Resolução nº 3.973/2011 - Eventos subsequentes - CPC 24. • Resolução nº 3.989/2011 - Pagamento baseado em ações - CPC 10 (R1). • Resolução nº 4.007/2011 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - CPC 23. • Resolução nº 4.144/2012 - Pronunciamento conceitual básico - CPC 00 (R1). • Resolução nº 4.424/2015 - Benefícios a empregados - CPC 33 (R1). • Resolução nº 4.524/2016 - Efeitos das mudanças de taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis - CPC 02 (R1). • Resolução nº 4.534/2016 - Ativo intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016 - CPC 04 (R1). • Resolução CMN nº 4.535/2016 - CPC 27 - Ativo imobilizado. • Resolução nº 4.636/2018 - Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1). • Resolução BCB nº 2 - CPC 41 - Resultado por ação. • Resolução nº 4.748/2019 - Mensuração do valor justo - CPC 46. • Resolução nº 4.818/2020 - Demonstração dos fluxos de caixa - CPC 03 (R2) • Resolução nº 4.924/2021 - Mensuração escrituração e evidenciação contábeis - CPC 47 (R1).

3. Principais práticas contábeis matérias: As práticas contábeis matérias adotadas pelo Banco são as seguintes: a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata dia* para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. b) Ativos circulante e realizável a longo prazo: Os ativos circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata dia*) e cambiais auferidos, deduzidos das correspondentes rendas de realização futura e/ou provisões para perdas. c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias: (I) títulos para negociação; (II) títulos disponíveis para venda; e (III) títulos mantidos até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria I são ajustados pelo valor de mercado, sendo estes ajustes com contrapartida em conta de resultado, e os classificados na categoria II são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida do resultado e avaliados ao valor de mercado em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria III são avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos auferidos, reconhecidos em conta de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de Mercado Futuro cujos ajustes são contabilizados, diariamente, em contas de ativo e passivo, em contrapartida ao resultado. Os valores referenciais são contabilizados em contas de compensação. O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução BACEN 4.277/13. d) Conversão de taxas: A Resolução CMN nº 4.924/2021, com vigência a partir de janeiro de 2022, consolida e dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis, do conteúdo da resolução, as principais mudanças trazidas são referentes a aprovação do CPC 47 e a possibilidade de utilização de uma taxa alternativa à de câmbio à vista para conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional. O Banco Western Union continuará utilizando a ptax para conversão de balanço e por isso não teremos impactos. e) Despesas antecipadas: As despesas antecipadas são correspondentes às aplicações de recursos, cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros. f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("*Impairment*"): É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, que são revistos semestralmente. Em 31/12/2023 e 2022 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*. g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 de 16/12/2009 e Carta-Circular nº 3.429 de 11/02/2010 do BACEN, obedecendo aos seguintes critérios: i. Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. ii. Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível. iii. são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação. iv. Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais que estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente. Os passivos circulante e exigível a longo prazos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, que incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata dia*) e/ou cambiais incorridos. h) Imposto de renda e contribuição social: As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 no exercício (R$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 20%. Emitida em 28/04/2022, a MP 1.115/2022 altera a Lei 7.789/88 que dispõe, principalmente, sobre a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (de 20% para 21% para bancos e de 15% para 16% para as corretoras) no período de 01/08/2022 a 31/12/2022, com o restabelecimento da alíquota em 01/01/2023. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração. i) Resultado recorrente e não recorrente: Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com às atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. j) Resultado por ação: O resultado por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas dos balanços.

4. Caixa e equivalentes de caixa: Conforme Resolução CMN nº 4.818/20, caixa e equivalentes de caixa incluiem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades em moeda nacional	**21.133**	**332**
Reservas livres	21.043	326
Disponibilidades em moeda estrangeira	**90**	**6**
Depósitos bancários no exterior	90	6
Total de disponibilidades	**21.133**	**332**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	39.100	34.800
Total de caixa e equivalentes de caixa	**60.233**	**35.132**

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta por certificados de depósitos interfinanceiros no montante de R$ 60.233 em 31/12/2023 e R$ 35.132 em 31/12/2022 com liquidação diária praticada a uma taxa média de 13,20%.

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: a) Títulos e valores mobiliários: O Banco não possuía títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria. b) Instrumentos financeiros derivativos: O Banco negociou contratos de futuros de moeda estrangeira para oferecer proteção contra a exposição ao risco cambial em compromissos de provável liquidação futura. Os instrumentos financeiros derivativos atendem aos critérios da Circular BACEN nº 3.082/02. As operações são registradas em contas patrimoniais e de compensação, e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias do Banco a riscos de mercado e de flutuações de preços de ativos financeiros. A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, o controle dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições observam normas emanadas da Administração do Banco visando "*Hedge*" (operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros objeto de proteção). As operações com tais instrumentos financeiros estão registradas na B3. O Banco não possuía posição de contratos futuros em 31/12/2023 e 2022. Os resultados auferidos em 31/12/2023 e 2022 com contratos futuros foram de R$ 17 e R$ (1.980), respectivamente.

7. Outros passivos:

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de pessoal	506	155
Total	**506**	**155**
Passivo circulante	**506**	**155**

8. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31/12/2023 e 2022, o capital social é representado por 51.402.429 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor nominal de R$ 51.402. b) Reserva legal: Sobre o lucro líquido apurado no exercício serão destacados 5% para constituição de reserva legal até que está alcance o limite previsto em lei. c) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido apurado no exercício, sujeito aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas. Os juros pagos ou creditados sobre o capital dos acionistas, de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e legislação aplicável, poderão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. d) Prejuízos acumulados: O Banco absorveu lucro no exercício findo em 31/12/2023 e lucro em 31/12/2022 no valor R$ 3.249 e R$ 3.510. Em 31/12/2023 e 2022, o saldo de prejuízos acumulados é de R$ 14.708 e R$ 17.795, respectivamente. e) Pagamento baseado em ações: O Grupo Western Union no Brasil, participa de um programa global de remuneração de longo prazo, patrocinado pela Western Union Global. Este Programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo da corretora, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (*vesting period*), que ocorrem em tranches de 1/3 pelos próximos três anos da data da outorga, regra estabelecida e aplicada de acordo com a política interna corporativa. No vesting date os participantes poderão optar por ficar com as ações, vender a totalidade ou ficar com parte das ações. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio. O banco registrou despesas tendo como contrapartida a conta de "Outros resultados abrangentes".

	2º Semestre		31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade de ações	R$	Quantidade de ações	R$	Quantidade de ações	R$
Saldo inicial	–	–	–	–	–	–
Constituições	2.003	62	2.003	62	–	–
Total	**2.003**	**62**	**2.003**	**62**	–	–

9. Resultado de câmbio:

	2023		
	2º Semestre	Exercício	31/12/2022
Rendas de câmbio	**2.228**	**4.098**	**13.136**
Rendas de variações de taxas e variação cambial (i)	2.228	4.098	13.136
Despesas de câmbio	**(2.235)**	**(3.878)**	**(9.626)**
Despesas de variações de taxas e variação cambial (ii)	(2.235)	(3.878)	(9.626)
Total	**(7)**	**220**	**3.510**

(i) O valor refere-se à receita sobre importação de moeda. (ii) O valor refere-se à despesa sobre importação de moeda.

10. Resultado com aplicações em depósitos interfinanceiros: O resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta por certificados de depósitos interfinanceiros com resultado de R$ 12.979 em 30/12/2023 e R$ 8.564 em 30/12/2022 com liquidação diária praticada a uma taxa média de 13,20%.

11. Despesas de pessoal:

	2023		
	2º Semestre	Exercício	31/12/2022
Benefícios	(327)	(493)	(115)
Encargos sociais	(476)	(784)	(220)
Salários e proventos	(1.553)	(2.545)	(676)
Total	**(2.356)**	**(3.822)**	**(1.011)**

12. Outras despesas administrativas:

	2023		
	2º Semestre	Exercício	31/12/2022
Aluguéis		–	–
Comunicações	(27)	(54)	(57)
Processamento de dados	(1.175)	(1.899)	(1.307)
Publicações	–	(9)	(25)
Seguros	(59)	(135)	(179)
Serviços do sistema financeiro	(344)	(803)	(1.015)
Serviços de vigilância e segurança (iii)	(88)	(112)	(381)
Serviços especializados	(215)	(433)	(455)
Viagens	(6)	(8)	(6)
Outros	(4)	(8)	(3)
Total	**(1.918)**	**(3.461)**	**(3.428)**

(iii) O valor refere-se a serviços de custódia e transportes de valores.

13. Outras despesas operacionais: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo é composto principalmente por provisões de contingências cíveis e trabalhistas de R$ (802) e (44), respectivamente (nota 18b).

14. Transações com partes relacionadas: Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	Western Union Corretora de Câmbio S.A		
	2º Semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Depósitos e demais instrumentos financeiros (ii)	–	20.717	80
Outros passivos financeiros (i)	–	–	–
Resultado			
Receitas de prestação de serviço	101	101	(1)

(i) Ressarcimento de custos administrativos entre ligadas. (ii) Depósito à vista que a corretora tem no banco WU. Remuneração do pessoal-chave da Administração: em 2014 os funcionários do Banco Western Union do Brasil S.A foram transferidos para a Western Union Corretora de Câmbio S.A. sendo que o pessoal-chave passou a receber as devidas remunerações pela nova instituição.

15. Tributos: a) Passivos fiscais correntes:

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições sobre salários	242	84
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	7	3
Outros	1.918	1.687
Total	**2.167**	**1.774**
Passivo circulante	**2.167**	**1.774**

b) Créditos tributários não ativados: Em 31/12/2023, o Banco possui créditos tributários decorrentes de ajustes temporários, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não contabilizados no montante de R$8.646 (R$ 9.085 em 2022). O Crédito tributário diferido do Banco não está contabilizado pois não foram atingidos os critérios estabelecidos pela circular do Res. CMN nº 4.842/20 para a ativação do saldo. Os prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social não possuem prazos prescricionais e sua compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro. c) Despesas tributárias:

	2023		
	2º Semestre	Exercício	31/12/2022
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	(6)	(6)	(2)
Contribuição ao Cofins	(304)	(564)	(429)
Contribuição ao Pis/Pasep	(49)	(92)	(70)
Despesas Tributárias	(9)	(29)	(8)
Outros	–	(8)	(24)
Total	**(368)**	**(699)**	**(533)**

d) Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2023		31/12/2022	
Apuração da base de cálculo	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	5.111	5.111	5.148	5.148
Alíquota nominal de imposto de renda e contribuição social	**25%**	**20%**	**25%**	**20%**
Imposto de renda e contribuição social	(1.278)	**(1.022)**	**(1.287)**	**(1.030)**
(Adições)/exclusões temporárias líquidas	–	–	(13)	(10)
(Adições) permanentes líquidas	(223)	(178)	(2)	(23)
(Constituição)/compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	450	360	390	312
Adicional de imposto de renda	24	–	24	–
Programa alimentação ao trabalhador - PAT	7	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social	**(1.020)**	**(841)**	**(887)**	**(750)**
Ativo fiscal diferido	**–**	**–**	13	13
Total de imposto de renda e contribuição social	**(1.020)**	**(841)**	**(875)**	**(738)**

16. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: a) Ativos contingentes: Em 31/12/2023 temos e 2022, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização. b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais: (i) Provisões trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos. (ii) Provisões cíveis - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. As movimentações das provisões para contingências, ocorridas no semestre, estão a seguir apresentadas:

	31/12/2023			
	Cíveis	Trabalhistas	Total	31/12/2022
Saldo inicial	**36**	**30**	**66**	**42**
Constituições	86	720	806	45
Reversões	(50)	(108)	(158)	(1)
Baixas	(15)	–	(15)	(20)
Saldo final	**57**	**642**	**699**	**66**
Passivo não circulante	**57**	**642**	**699**	**66**

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: As estimativas para perdas possíveis totalizam o montante de R$ (1.077) em 31/12/2023 e estão representadas por 09 processos de sendo, dois de natureza cível e dois de natureza tibutária. d) Órgãos reguladores: Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Banco.

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

		2023		
	Nota	2º Semestre	Exercício	31/12/2022
Receitas (despesas) da intermediação financeira		**6.925**	**13.209**	**10.092**
Resultado com aplicações em depósitos interfinanceiros	10	6.846	12.979	8.564
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6b	92	17	(1.980)
Resultado com operações de câmbio	9	(7)	220	3.510
Despesa com captação		(6)	(7)	(2)
Resultado bruto da intermediação financeira		**6.925**	**13.209**	**10.092**
Resultado de provisões para perdas		**181**	**187**	**0**
Outras provisões associadas ao risco de crédito		181	187	0
Outras receitas (despesas) operacionais		**(4.510)**	**(8.286)**	**(4.945)**
Receita de serviços		356	498	49
Despesas de pessoal	11	(2.356)	(3.822)	(1.011)
Outras despesas administrativas	12	(1.918)	(3.461)	(3.428)
Despesas tributárias	15c	(368)	(699)	(533)
Outras receitas operacionais		–	–	22
Outras despesas operacionais		(224)	(802)	(44)
Resultado operacional		**2.597**	**5.110**	**5.147**
Imposto de renda e contribuição social		**(827)**	**(1.861)**	**(1.637)**
Imposto de renda		(454)	(1.020)	(887)
Contribuição social		(373)	(841)	(750)
Lucro líquido/Prejuízo do semestre/exercícios		**1.769**	**3.249**	**3.510**
Lucro/Prejuízo por ação				
Lucro/Prejuízo básico e diluído por ação - R$		**0,03**	**0,06**	**0,07**
Lucro líquido/Prejuízo do semestre/exercícios		1.769	3.249	3.510
Quantidade de ações (lotes de mil)		51.402	51.402	51.402

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

		2023		
	Nota	2º Semestre	Exercício	31/12/2022
Lucro líquido/Prejuízo do semestre/exercícios		**1.769**	**3.249**	**3.510**
Itens que serão reclassificados para o resultado		–	–	–
Itens que não serão reclassificados para o resultado		–	–	–
Resultado abrangente do semestre/exercícios		**1.769**	**3.249**	**3.510**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

		2023		
Atividades operacionais	Nota	2º Semestre	Exercício	31/12/2022
Lucro/Prejuízo líquido ajustado do semestre/exercícios		**1.873**	**3.926**	**3.475**
Lucro/Prejuízo líquido do semestre/exercícios		**1.769**	**3.249**	**3.510**
Ajuste ao lucro/prejuízo líquido do semestre/exercícios		**104**	**677**	**(35)**
Provisões (reversões) para contingências	13	(76)	649	(35)
Pagamento baseado em ações	8e	62	62	–
Outras provisões associadas ao risco de crédito		(34)	(34)	–
Variações patrimoniais		**531**	**21.429**	**457**
Aumento (redução) em instrumentos financeiros		(76)	83	(32)
Aumento (redução) em ativos fiscais		(457)	(170)	(607)
Aumento (redução) em outros ativos		1	(20)	(141)
(Redução) aumento em depósitos e demais instrumentos financeiros		(158)	20.687	131
(Redução) aumento em passivos fiscais		912	393	1.774
(Redução) aumento em provisões		7	17	(689)
(Redução) aumento em outros passivos		150	439	21
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**2.404**	**25.216**	**3.932**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**2.404**	**25.216**	**3.932**
Início do semestre/exercícios		57.944	35.132	31.200
Fim do semestre/exercícios		60.348	60.348	35.132
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**2.404**	**25.216**	**3.932**

17. Gerenciamento de risco: As estruturas de gerenciamento integrado de riscos e capital conta com oito frentes de atuação: Gestão de Riscos de Mercado, Operacional, Liquidez, Crédito, Capital, Socioambiental, Compliance e Controles Internos. Em alinhamento à Resolução 4.557 do CMN de 23/01/ 2017, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, a gestão de riscos das operações é efetuada por meio de políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio, que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos. Dentre os requerimentos do BACEN para o adequado gerenciamento de riscos e capital, destacam-se a Declaração de Apetite por Riscos (RAS, do inglês *Risk Appetite Statement*) e a implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, do programa de teste de estresse, Comitê de Riscos e a indicação, perante o BACEN, do diretor para gerenciamento de riscos (CRO), com atribuição de papéis, responsabilidades e requisitos de independência. Para análise de sensibilidade para gestão integrada de Riscos e Capital foram considerados três diferentes cenários de projeção elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de expectativa interna, indicadores econômicos, resultados mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições e mercado de atuação. Conforme parâmetros definidos pela Resolução 4.553, de 30/01/2017, a Western Union está enquadrada no segmento S4. As estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas: a) Risco de Mercado: implica no monitoramento e revisão da exposição a todos os riscos geradores de perdas potenciais de valor de instrumentos ou produtos financeiros provenientes de movimentos dos mercados relacionados aos produtos oferecidos pelo Banco. Também na análise de contrapartes, designação de taxas de risco internas e estabelecimento de limites de remessas. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua sendo o maior risco para Banco a variação cambial. Para o monitoramento diário do risco de mercado, utilizamos os instrumentos de VAR paramétrico, que se baseia no conhecimento prévio de uma distribuição estatística com base em hipótese de comportamento da distribuição de probabilidades dos retornos dos ativos. Para determinar a precisão do modelo de VAR paramétrico mensalmente é gerado o relatório de *backtesting* comparando a posição de VAR calculada com as perdas ou ganhos reais alcançados. b) Risco Operacional: a natureza dos negócios do Banco é caracterizada por um grande número de operações diárias, o que a torna fortemente dependente de seus sistemas de processamento de dados e de outras tecnologias operacionais. Neste contexto, a Gestão de Risco Operacional é uma importante ferramenta utilizada para sustentar e não interromper as operações em curso, assegurando a continuidade das atividades ainda que em situações adversas. As ferramentas de Gerenciamento de Risco Operacional abrangem tanto métodos qualitativos, associados à identificação e classificação do risco; quanto métodos quantitativos, associados à análise das perdas históricas e indicadores de riscos. c) Risco de Liquidez: é o risco da instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez dos caixas em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, com base em modelos estatísticos e econômico-financeiros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimos, considerando todas as disponibilidades da Western Union, aplicando *haircuts* conservadores a todos aqueles ativos que possam sofrer interferências externas e de concentração de passivos, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável. d) Risco de Crédito: o risco de crédito associado à Western Union é considerado para os correspondentes que possuem contratos assinados para operar no envio e recebimento de remessas nacionais e internacionais de dinheiro, em todo o território brasileiro. O risco de crédito origina-se no momento que o correspondente recebe o valor referente a uma remessa de dinheiro, tendo que repassá-lo para a Corretora em até dois dias úteis, conforme descrito na Resolução 3.954 do Conselho Monetário Nacional. Não é feita nenhuma operação de empréstimo aos correspondentes, não enquadrando o Banco nas normas da Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional. e) Gerenciamento de Capital: objetiva (i) o monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco; (ii) a avaliação e adequação do capital face aos riscos a que o Banco está sujeito; e (iii) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco. O Índice de Basileia faz parte do conjunto de indicadores que são monitorados e avaliados no processo de Gerenciamento de Capital, com finalidade de medir diariamente a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos do Conglomerado Prudencial Western Union. Durante o período, a Western Union cumpriu todos os requerimentos mínimos regulatórios. f) Gerenciamento de Risco Socioambiental: definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente, a Western Union desenvolveu Política de Responsabilidade Socioambiental - PRSA, aderente à Resolução CMN 4.327 de 25/04/2014 permitindo que o risco seja devidamente identificado, mensurado, mitigado e reportado. g) Em termos de Compliance, a Western Union possui um programa bastante robusto, devidamente documentado em políticas e procedimentos específicos, em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis à Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo no Brasil ("PLD/FT"), visando prevenir o uso dos produtos e serviços da empresa em atividades consideradas atípicas ou suspeitas. A Western Union estabeleceu regras de identificação e conhecimento do cliente e do correspondente, procedimentos para a identificação, análise, e reporte de transações atípicas ou suspeitas, bem como o programa de Interdição dos clientes. Uma vez que a aplicação das regras e procedimentos relativos à PLD/FT faz parte integrante das políticas internas da empresa, seu cumprimento é obrigatório por parte de todos funcionários e correspondentes. As regras e procedimentos relativos à PLD/FT, bem como respectivas estratégias e objetivos são periodicamente revisados, de forma a manter sempre atualizado o Programa de Compliance, para endereçar adequadamente os riscos associados a seus produtos e serviços. h) Controles Internos: o gerenciamento das atividades de controles internos da Corretora está sob responsabilidade da área de Risco, Crédito e Controles Internos, mantendo estrutura aderente à Resolução nº 2.554/98, do Conselho Monetário Nacional. Os procedimentos de controles internos têm como objetivo assegurar a confiabilidade e integridade da informação, a conformidade com políticas, planos, procedimentos, leis, regulamentações e contratos, a salvaguarda do patrimônio, o uso econômico e eficiente de recursos e o cumprimento de objetivos e metas estabelecidas para operações e programas. i) Análise de sensibilidade: A Western Union não possui estimativas nos ativos e passivos em 31/12/2023 e 2022 que poderiam sofrer alterações significativas, Para a análise de sensibilidade dos ativos e passivos de curto prazo, a Western Union utiliza o VAR cambial, procedimentos de teste de estresse com cenários adversos econômicos e operacionais e o monitoramento das posições de derivativos destinadas para cobertura dos saldos de moeda estrangeira.

18. Limites operacionais: Os limites mínimos de patrimônio líquido compatível com o grau de risco decorrente da exposição das financeiras (Acordo da Basileia) e limites máximos de diversificação de risco e aplicação de recursos no ativo permanente são apurados conforme critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.723/00 do C.M.N. Em 30/12/2023 e 31/12/2022, os limites operacionais estão devidamente atendidos, com confortável margem reportada entre o patrimônio de referência e o mínimo exigido para o RWA. A situação do Conglomerado (compreende o Banco e a empresa ligada Western Union Corretora de Câmbio S.A.), em relação ao risco da exposição das operações financeiras, está assim representada:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos ponderados pelo risco RWA *(Risk Weighted Asset)*	**446.243**	**422.176**
Patrimônio de referência para comparação com RWA	**183.729**	**165.272**
Patrimônio de referência mínimo exigido para o RWA	**35.699**	**33.774**
Índice de Basileia	**41,17%**	**39,15%**

Diretoria

Ricardo Silva Amaral - Diretor-Presidente

Maria Célia Seixas - Diretora

Contadora

Camilla Oliveira Costa - CRC SP-316528/O-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas e aos Administradores do **Banco Western Union do Brasil S.A.** São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Western Union do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Western Union do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

São Paulo, 23 de fevereiro de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O
Henrique Furtado Maduro
Contador - CRC: 1SP-291892/O

www.bancowesternunion.com.br

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 27/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/27/BCOWESTERN1574580427022024.pdf

Hash:1708983840cecd0e3aaa27453e853befaceb72e5a9